

FICHA DO CONTRADITÓRIO

AVALIAÇÃO DO PROJETO ESCOLA + - DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009-2013)

Outubro de 2013

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
À COOPERAÇÃO PORTUGUESA			
1. Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto.	DSC/DAB	Aceite	O CICL reconhece a importância da continuidade deste projeto e acordou com o IMVF um novo ciclo (em curso). Por força dos constrangimentos orçamentais o novo projeto não terá a abrangência desejada centrando-se sobretudo na capacitação dos professores.
	IMVF / GAP +	Aceite	
2. Definir com rigor os domínios a financiar por Portugal e aqueles que deverão ser financiados por outros doadores, dada a grande abrangência do Projeto Escola+.	DSC/DAB	Rejeitada	Compete às autoridades são-tomenses angariar financiamento para os domínios que a CP não financia.
	MVF / GAP +	Rejeitada	Alguns domínios estão interligados, dependendo uns dos outros. Algumas mudanças pedagógicas só são viáveis com adaptações nas infraestruturas.
3. Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe, dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores.	DSC/DAB	Aceite	Estas vertentes estão contempladas no novo projeto já em curso.
	MVF / GAP +	Aceite	Com a validação da <i>Carta de Política Educativa para São Tomé e Príncipe</i> (que define novas metas para o ensino secundário, quer ao nível do acesso, quer ao nível da garantia de qualidade), a equipa de coordenação do <i>Escola +</i> avançou com a elaboração de um <i>Plano Operacional para o Ensino Secundário</i> que procurou identificar um conjunto de propostas que pudessem materializar os objetivos consignados na referida Carta. Este Plano foi oportunamente partilhado com o Ministério da tutela são-tomense e com o Camões-ICL. Com base no mesmo, o IMVF avançou com uma proposta de

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
			<p>continuidade do projeto <i>Escola +</i> no âmbito da qual identificou as prioridades de intervenção para a efetiva consolidação e apropriação da reforma do ensino secundário.</p> <p>Contudo, por indisponibilidade financeira da cooperação portuguesa, a referida proposta teve que ser revista, tendo sido necessariamente retirada - nesta segunda fase - a abertura de novas licenciaturas (enquadrada no eixo de reforço de competência dos professores), bem como o reforço do Parque Escolar. De referir que, mesmo o apoio previsto para a capacitação do Ministério teve que ser redimensionado e remetido para o segundo ano de projeto por indisponibilidade financeira no primeiro (2013-2014).</p> <p>Contudo, importa reforçar que, a responsabilidade da consolidação e efetiva apropriação da Reforma do Ensino Secundário ultrapassa em larga medida o <i>Escola +</i>/ a <i>Cooperação Portuguesa</i>, sendo da responsabilidade direta do Ministério da tutela são-tomense garantir o seu reforço, recorrendo a meios e recursos próprios e a financiadores / parceiros complementares.</p>
<p>4. Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa, que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.</p>	DSC/DAB	Rejeitada	Financiamento insuficiente.
	MVF / GAP +	Aceite	Aceite apenas no que ultrapassa a prática letiva, por exemplo na formação e capacitação dos professores santomenses.
<p>5. Assegurar a atualização científica e pedagógica, através de formação creditada, dos professores cooperantes portugueses.</p>	DSC/DAB	Rejeitada	É o IMVF que contrata os AC. Futuramente poder-se-á associar a DSLC à seleção dos docentes, designadamente, de língua portuguesa.
	MVF / GAP +	Aceite	Proporcionar e não assegurar a atualização científica e pedagógico Os professores cooperantes portugueses contratados são profissionais atualizados e devem ter o mesmo tratamento dos professores contratados que lecionam em Portugal.
<p>6. Proporcionar uma formação de base linguística para os professores, por se entender que o estudo e o trabalho com e sobre a língua na aprendizagem dos conteúdos curriculares é de grande utilidade para o desenvolvimento linguístico dos professores e um contributo fundamental para o sucesso escolar dos alunos.</p>	DSC/DAB	Aceite	
	IMVF	Aceite	Nesse sentido, o IMVF manteve na segunda fase do projeto <i>Escola +</i> , o apoio à formação contínua dos professores são-tomenses, no âmbito da qual se inclui o reforço das competências pedagógicas, o reforço da Língua Portuguesa e atualizações científicas em todas as

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
			áreas disciplinares.
7. Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental.	DSC/DAB	Rejeitada	Atendendo à diminuição do financiamento CICL, o Ministério da Educação de STP/Liceu Nacional deverá assumir esta responsabilidade.
	IMVF	Aceite	O IMVF, em estreita colaboração com os vários professores cooperantes, continuará a procurar apoios complementares no apetrechamento da KE MESE e de outras bibliotecas escolares, à semelhança do que foi feito durante os 4 anos de projeto.
8. Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao completamento de formação de docentes bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema.	DSC/DAB	Aceite	Continua a colaboração com os bacharelados do ISP no Príncipe
	IMVF / GAP +	Aceite	
9. Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade e do pessoal auxiliar, para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas.	DSC/DAB	Aceite	É uma das vertentes da segunda fase do projeto já em curso.
	IMVF	Aceite	Nesse sentido, o IMVF incluiu na proposta para a segunda fase do projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente autonomia na gestão e apropriação das reformas introduzidas.
10. Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.	DSC/DAB	Rejeitada	Não há financiamento
	IMVF / GAP +	Aceite	O ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) é a grande novidade da intervenção do Escola+. Retirar-lhe o apoio significa voltar “quase tudo” ao início.
11. Reforçar a liderança do CICL, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC, etc.	DSC/DAB	Aceite	Aceite sem prejuízo do papel fundamental que STP também tem neste preciso.
	IMVF / GAP +	Aceite	
12. Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros, fomentando sinergias que concorram para resultados mais eficientes a favor do setor educativo do país.	DSC/DAB	Aceite	
	IMVF / GAP +	Aceite	

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	EXPLICAÇÃO ³
<p>13. Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda.</p>	DSC/DAB	Aceite	<p>A elaboração do referido Plano Operacional do Ensino Secundário tem como base uma análise dos principais desafios, constrangimentos e riscos do Sistema de Ensino Secundário. O IMVF concorda com a importância da inclusão de sistemas de gestão de risco em qualquer fase de implementação do projeto mas reconhece que a gestão e mitigação dos riscos setoriais - numa abordagem macro do setor da educação - ultrapassa a responsabilidade do Escola+ ou da Cooperação Portuguesa, sendo a sua resolução/mitigação da responsabilidade do Ministério da tutela são-tomense.</p> <p>Por outro lado, o Escola+/Cooperação Portuguesa, deverá assumir a gestão e mitigação de quaisquer riscos que decorram da implementação direta do projeto, estando, naturalmente, a sua capacidade de mitigação condicionada pela disponibilidade orçamental do projeto.</p>
	IMVF / GAP +	Aceite	
<p>14. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação.</p>	DSC/DAB	Aceite	
	IMVF / GAP +	Aceite	
<p>15. Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística.</p>	DSC/DAB	Aceite	
	IMVF / GAP +	Aceite	e à situação socioeconómica, não ignorando formação profissional com reflexo no futuro dos jovens e do País.
<p>16. Garantir aos professores cooperantes formação creditada, durante a missão em STP, que lhes permita usufruir das regalias que o Estatuto da Carreira Docente português confere aos professores portugueses.</p>	DSC/DAB	Rejeitada	O projeto na sua versão atual/em curso não tem prevista formação para os professores portugueses AC
	IMVF / GAP +	Rejeitada	O Estatuto da Carreira Docente português não confere regalias aos professores contratados através de formação creditada.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
ÀS AUTORIDADES SANTOMENSES			
17. Promover um maior envolvimento e articulação dos diferentes agentes da Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos.	Autoridades Santomenses		
18. Pôr em prática a nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação, nomeadamente do setor da educação e igualdade do género.	Autoridades Santomenses		
19. Promover a igualdade de género no que diz respeito à gestão e administração das escolas.	Autoridades Santomenses		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE STP			
20. Definir um quadro legislativo para os CSPQ criados e alguns já alterados pelo Liceu Nacional, no âmbito das competências que lhe foram conferidas e publicar os respetivos planos curriculares para os regimes diurnos e noturnos.	Min Educação STP		
21. Alargar e adequar esse quadro ao modo de criação e gestão dos CSPQ em outras escolas secundárias.	Min Educação STP		
22. Fomentar a valorização dos ativos da sociedade em regime pós-laboral valorizando os meios, os recursos humanos e promovendo um possível acréscimo para o desenvolvimento.	Min Educação STP		
23. Ter um maior envolvimento na aprovação, publicação e regulamentação atempada da legislação necessária ao setor, condição <i>sine qua non</i> para a eficácia dos projetos. Neste âmbito reforça-se a importância que deve ser dada ao Estatuto da Carreira Docente, à Formação Contínua dos Professores, ao Estatuto da Inspeção do Ensino Secundário e ao Regime de Organização e Funcionamentos dos Serviços Administrativos das Escolas.	Min Educação STP		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
24. Promover a colaboração institucional das estruturas e técnicos do MEC, em particular o setor de metodologia, na articulação com o ensino básico e nas atividades que se referem à dinâmica de implementação da reforma educativa e de apoio às escolas e aos professores.	Min Educação STP		
25. Promover uma maior articulação entre todos os níveis de ensino, de modo a potenciar a intervenção dos diferentes doadores.	Min Educação STP		
26. Analisar e redimensionar a rede escolar, de forma dinâmica, em função das realidades e necessidades atuais e futuras, tendo em conta as perspetivas demográficas e do desenvolvimento regional.	Min Educação STP		
27. Criar condições para que o rácio professor/aluno atinja um valor máximo de 40 alunos por turma.	Min Educação STP		
28. Promover a expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante), disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.	Min Educação STP		
29. Proporcionar materiais pedagógico-didáticos de qualidade adequados às condições das escolas e à realidade de STP, o que poderá constituir a melhor das soluções para promover um bom ensino.	Min Educação STP		
30. Promover a atualização progressiva dos programas e textos de apoio, tirando partido de dados decorrentes da sua utilização ao longo do Projeto.	Min Educação STP		
31. Conceder autonomia financeira adequada à realidade das escolas, por forma a poderem rapidamente suprir necessidades urgentes relativas ao funcionamento dos equipamentos e à aquisição de consumíveis.	Min Educação STP		
32. Envidar esforços no sentido de recrutar pessoal auxiliar para o apoio à escola, que cumulativamente possua competências para a manutenção corrente das instalações.	Min Educação STP		
33. Estimular o interesse dos alunos e das famílias na preservação, conservação e até na manutenção das escolas secundárias.	Min Educação STP		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
34. Aproveitar os novos centros de formação profissional, sem prejuízo da sua função primordial, para estabelecer plataformas de formação avançada destinadas a alunos das escolas secundárias.	Min Educação STP		
35. Estimular a intervenção do ISP de STP a aumentar e diversificar a oferta de Cursos de Complemento de Formação que confirmam o grau académico de licenciatura e respondam às necessidades do ES.	Min Educação STP		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
À COOPERAÇÃO PORTUGUESA E ÀS AUTORIDADES SANTOMENSES			
36. Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho.	IMVF / GAP +	Aceite	
	Autoridades Santomenses		
37. Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional	DSC/DAB	Rejeitada	Reconhece-se a importância do ensino técnico profissional mas o CICL não dispõe de financiamento que permita dar continuidade a esta vertente no projeto ESCOLA+
	IMVF / GAP +	Aceite	
	Autoridades Santomenses		
38. Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC, no sentido de se encontrar financiamento de várias origens.	DSC/DAB	Rejeitada	A vertente de infraestruturas não está contemplada na nova fase do ESCOLA+ quer por insuficiência de financiamento quer porque se centrou no reforço de competências dos professores e na assistência técnica ao Ministério da Educação de STP.
	IMVF		A equipa de coordenação do projeto <i>Escola +</i> assegurou já um levantamento das principais necessidades de reabilitação e equipamento das escolas secundárias que poderá apoiar na definição

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
			de prioridades de investimento e procura de financiamentos complementares.
	Autoridades Santomenses		
39. Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país.	DSC/DAB	Rejeitada	Trata-se de uma obrigação das autoridades de STP. No entanto, foi preparado no âmbito da 1ª fase do ESCOLA+ o Plano Operacional para o Ensino Secundário onde estão identificadas um conjunto de propostas para materialização dos objetivos consignados na Carta de Política Educativa
	IMVF / GAP +	Aceite	
	Autoridades Santomenses		
40. Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES.	IMVF / GAP +	Aceite	
	Autoridades Santomenses		
41. Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores.	IMVF	Aceite	A segunda Fase do Projeto <i>Escola+</i> prevê um momento de avaliação externa final que poderá, caso o CICL concorde, ser repartido em momentos de avaliação intermédios, ao longo dos quatro anos da ação, dando assim pistas para melhor orientação das atividades a meio percurso.
	Autoridades Santomenses		

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	EXPLICAÇÃO
<p>42. Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC, de forma que, no final dos próximos 4 anos, tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.</p>	DSC/DAB	Aceite	A 2ª fase do projeto contempla uma vertente de reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação e das Escolas
	IMVF	Aceite	Neste sentido, o IMVF propôs para a segunda fase do Projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente apropriação e sustentabilidade das reformas introduzidas.
	Autoridades Santomenses		
<p>43. Realizar a divulgação da eventual 2ª fase do Escola + nos media e realizar reuniões nas escolas em que estejam presentes representantes das autoridades locais, a direção e administração das escolas, professores, alunos, encarregados de educação e empregadores locais.</p>	IMVF	Aceite	
	Autoridades Santomenses		